



Ministério Públiso Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ
FORÇA-TAREFA LAVA JATO

EXCELENTE JUIZ FEDERAL DA 13^a VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Distribuição por dependência aos autos nº 5049557-14.2013.404.7000 (IPL originário), 5012331-04.2015.404.7000 (Ação Penal), 5012323-27.2015.404.7000 (Pedido de Prisão Preventiva de Vaccari) e conexos

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, comparecem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com base no inquérito policial em epígrafe e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal, para oferecer

DENÚNCIA em face de:

AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO [AUGUSTO MENDONÇA], réu colaborador¹, brasileiro, nascido em 04/12/1952, filho de Angelina Ribeiro de Mendonça, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.037.708-82, com residência na Rua Cardeal Arcoverde, 1749, apartamento 68, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05407-002;

JOÃO VACCARI NETO, brasileiro, nascido em 30/10/1958, natural de Terra Rica/PR, filho de Olga Leopoldina Freitas Vaccari e Ângelo Vaccari Neto, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.005.398-75 e no RG sob o nº 94724106/SSP/SP, com residência na Alameda Piratinis, 279, Indianópolis, São Paulo/SP, CEP 04065-050;

¹ Conforme Acordo de Colaboração Premiada, por ele celebrado com o Ministério Públiso Federal (**ANEXO 01**).

RENATO DE SOUZA DUQUE [RENATO DUQUE], brasileiro, nascido em 29/09/1955, filho de Elza de Souza, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.515.167-49, com residência na Rua Ivone Cavaleiro, 184, apartamento 301, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22620-290; e na Rua Homem de Melo, 66, apartamento 101, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ.

pela prática dos seguintes fatos delituosos:

No período compreendido entre data próxima a 01 de abril de 2010 e 09 de dezembro de 2013, **JOÃO VACCARI NETO**, **RENATO DUQUE** e **AUGUSTO MENDONÇA**, de modo consciente, voluntário e reiterado, com comunhão de vontades, por intermédio de organização criminosa que integraram, ocultaram e dissimularam a natureza, origem, disposição, movimentação, localização e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos de organização criminosa, formação de cartel, fraude à licitação e corrupção, por eles praticados em detrimento da Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS, de modo que assim incorreram na prática, por 22 (vinte duas) vezes, em concurso material, do crime de **lavagem de capitais**, previsto no art. 1º, caput e § 4º da Lei 9.613/98².

Para tanto, **JOÃO VACCARI NETO**, operador financeiro (desde há mais de década) e tesoureiro (desde fevereiro de 2010) do Partido dos Trabalhadores – PT, e **AUGUSTO MENDONÇA**, administrador das empresas SETEC Tecnologia S/A, SOG – Óleo e Gás S/A, PROJETEC Projetos e Tecnologia LTDA e TIPUANA Participações LTDA, todas de seu grupo empresarial³, com a participação e auxílio de **RENATO DUQUE**, Diretor de Serviços da PETROBRAS, fizeram com que fossem celebrados, em 01/04/10 e 01/07/13, 2 (dois) contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos com a EDITORA GRÁFICA ATITUDE LTDA (CNPJ nº 08.787.393/0001-37), bem como, mediante a posterior emissão de

2 Uma parte dos delitos, cometidos nos anos de 2010 e 2011, foi praticada à época em que vigia a Lei nº 9.613/98, sem as alterações promovidas pela Lei nº 12.683/12, de sorte que tais condutas amoldaram-se ao art. 1º, *caput*, incisos V e VII e § 4º da Lei 9.613/98 em sua redação originária. Os demais delitos, praticados no ano de 2013, já se amoldam à nova redação conferida ao referido tipo penal.

3 O **GRUPO SETAL/SOG** é formado pelas empresas **SOG Óleo e Gás S/A**, CNPJ 07.639.071/0001-88; **SETEC Tecnologia S.A.**, CNPJ 61.413.423/0001-28; **PROJETEC Projetos e Tecnologia Ltda.**, CNPJ 07.187.473/0001-99; **TIPUANA Participações Ltda.**, CNPJ 01.568.303/0001-78; **PEM Engenharia Ltda.**, CNPJ 62.458.088/0001-47; e **ENERGEX Group Representação e Consultoria Ltda.**, CNPJ 05.114.027/0001-29.

notas fiscais frias e sem a real prestação de serviços às empresas do grupo SETAL/SOG, promoveram a efetivação de transferências bancárias com a finalidade de branquear **R\$ 2.400.000,00**⁴, montante esse auferido ilicitamente pelos referidos agentes, a partir de contratos celebrados pelas empresas do Grupo SOG/SETAL com a PETROBRAS, e que corresponde a uma parte da propina paga.

I. CRIMES ANTECEDENTES

No curso da Operação Lava Jato, conforme se depreende dos fatos relatados nas ações penais de nº 5026212-82.2014.404.7000⁵, 5083258-29.2014.404.7000⁶, 5083351-89.2014.404.7000⁷, 5083360-51.2014.404.7000⁸, 5083376-05.2014.404.7000⁹, 5083401-18.2014.404.7000¹⁰, 5083838-59.2014.404.7000¹¹, 5012331-04.2015.404.7000¹², propostas pelo MPF perante este Juízo, assim como do vasto conjunto probatório já angariado ao longo das investigações, do qual se sobressaem os documentos fornecidos e depoimentos prestados pelos colaboradores PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF¹³, PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO¹⁴, JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO¹⁵, SHINKO NAKANDAKARI¹⁶, AUGUSTO MENDONÇA¹⁷, EDUARDO HERMELINO LEITE¹⁸ e

4 O montante de **R\$ 2.400.000,00** se refere ao **valor bruto** das vantagens indevidas lavado, visto que, até mesmo como parte do estratagema criminoso, para conferir aparência de licitude a transferência dos valores das empresas do Grupo SETAL/SOG para a GRÁFICA EDITORA ATITUDE, foram recolhidos os impostos e contribuições sociais que seriam devidas em uma transação regular. Com isso, conforme restará minuciosamente descrito e documentalmente comprovado adiante, o **valor líquido** lavado foi do montante de **R\$ 2.252.400,00**.

5 **ANEXO 32.**

6 **ANEXO 33.**

7 **ANEXO 34.**

8 **ANEXO 35.**

9 **ANEXO 36.**

10 **ANEXO 37.**

11 **ANEXO 38.**

12 **ANEXO 14.**

13 Autos nº 5026212-82.2014.404.7000, evento 1101, TERMOTRANSCEP1 (**ANEXOS 2, 39 e 40**).

14 **ANEXOS 03 e 28.**

15 **ANEXO 04 e 29.**

16 **ANEXO 41.**

17 **ANEXO 05 e 01.**

18 **ANEXO 06 e 30.**

DALTON DOS SANTOS AVANCINI¹⁹, assim como pelo réu GERSON ALMADA²⁰, funcionou, por um longo período, ao menos entre os anos de 2004 e 2014, no seio e em desfavor da PETROBRAS, um gigantesco esquema criminoso.

Foram praticados em detrimento desta Estatal e da sociedade brasileira de um modo geral, de forma sistemática, uma vasta série de crimes contra a ordem econômica, de corrupção, de fraude a licitações, contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro. Sobreleva-se dentre estes delitos a formação e o funcionamento de um cartel de enormes proporções, autodenominado “CLUBE”, do qual fizeram parte algumas das maiores construtoras do país, tais como: OAS, ODEBRECHT, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IEZA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA.

O funcionamento deste cartel de empreiteiras, paralelamente à prática sistemática de diversos outros delitos penais, dentre os quais se destaca a corrupção de altos funcionários públicos da própria PETROBRAS, implicou a fraude da competitividade de procedimentos licitatórios das maiores obras contratadas pela PETROBRAS, ao menos a partir do ano de 2004.

Inicialmente, RICARDO PESSOA²¹, diretor da UTC ENGENHARIA, realizava e coordenava as reuniões do “CLUBE”, as quais ocorriam, em sua maioria, nas sedes da própria UTC, em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que também ocorreram reuniões do Cartel na sede da QUEIROZ GALVÃO.²²

A convocação dos membros para as reuniões do CLUBE era usualmente realizada por RICARDO PESSOA e se dava por variadas formas. Eram feitas convocações mediante o envio de SMS, por meio de um “emissário”, mediante contatos entre secretárias ou, ainda, pessoalmente.

19 **ANEXO 07 e 31.**

20 **ANEXO 08.**

21 Denunciado nos autos nº 5083258-29.2014.404.7000 (**ANEXO 33**).

22 Sobre este aspecto, assim como maiores detalhes acerca do funcionamento do CARTEL é oportuno citar o termo de depoimento prestado por MARCOS PEREIRA BERTI (**ANEXO 150**).

De cada encontro não era lavrada uma ata formal, mas, por vezes, eram lançadas pelos próprios participantes anotações manuscritas sobre as decisões tomadas na reunião. Para comprovar a existência desses encontros, vejam-se as anotações manuscritas de reunião realizada no dia 29/08/2008²³, feitas por MARCUS BERTI da empresa SOG ÓLEO E GÁS e entregues espontaneamente pelo denunciado **AUGUSTO MENDONÇA** em decorrência do acordo de colaboração que celebrou com o Ministério Público Federal²⁴.

No referido documento, foram anotadas reclamações, pretensões e ajustes de várias das empresas cartelizadas com relação a grandes obras da PETROBRAS. Deste material também se depreende a informação de que o próximo encontro ocorreria no dia 25/09, o que retrata a periodicidade mensal com que tais reuniões ocorriam. De mesmo teor é o conteúdo das anotações fornecidas por JULIO CAMARGO (**ANEXOS 42 a 44**).

O desenvolvimento das atividades do cartel alcançou, em 2011, tamanho grau de sofisticação que seus integrantes estabeleceram entre si um verdadeiro “roteiro” ou “regulamento” para o seu funcionamento, intitulado dissimuladamente de “Campeonato Esportivo”. Esse documento, ora anexado (**ANEXO 45**), foi entregue pelo colaborador e ora denunciado AUGUSTO MENDONÇA, representante de uma das empresas cartelizadas, a SETAL (SOG OLEO E GÁS), e prevê, de forma analógica a uma competição esportiva, as “regras do jogo”, estabelecendo o modo pelo qual selecionariam entre si a empresa, ou as empresas em caso de Consórcio, que venceria(m) os certames da PETROBRAS no período.

Ademais, vários documentos, apreendidos na sede da empresa ENGEVIX, confirmam essa organização e dissimulação no cartel. Em papel intitulado “reunião de bingo”, por exemplo, são indicadas as empresas que deveriam participar de licitações dos diferentes contratos do COMPERJ, enquanto no papel intitulado “proposta de fechamento do bingo fluminense”, são listados os “prêmios” (diferentes contratos do COMPERJ) e os “jogadores” (diferentes empreiteiras). Em outro documento, uma “lista de novos negócios (mapão) – 28.09.2007 (...)”, são indicadas obras das diferentes refinarias, em uma tabela, e

23 **ANEXO 14**: Item nº 01 do Auto de Apreensão formalizado.

24 **ANEXO 47**.

uma proposta de quem seriam as construtoras do cartel responsáveis, as quais são indicadas por siglas em vários casos dissimuladas. Há várias outras tabelas representativas da divisão de mercado, como aquela chamada “avaliação da lista de compromissos” – todas no **ANEXO 46**²⁵.

Nesse sentido, as empreiteiras cartelizadas, por seus administradores ou representantes, realizavam, normalmente com frequência mensal ou bimestral, mas podendo variar conforme a necessidade, reuniões com a finalidade de “lotear” entre si grandes obras da PETROBRAS.

O cartel se caracterizava pela organização e coesão de seus membros, que realmente logravam, com isso, evitar integralmente a competição entre as empresas, de forma que todas pudesse ser beneficiadas pelo acordo – em detrimento da contratante, que no caso era a PETROBRAS – e, para maximizar lucros e oportunidades, bem como garantir a continuidade desse “jogo de cartas marcadas”, corromperam agentes públicos.

Com efeito, de acordo com o que restou comprovado em diversos processos e procedimentos investigatórios da Lava Jato, as empreiteiras que integravam esse enorme cartel corromperam funcionários do alto escalão da PETROBRAS, notadamente os então Diretores de Abastecimento e de Serviços, PAULO ROBERTO COSTA e RENATO DUQUE, e o ex-Gerente Executivo de Engenharia, PEDRO BARUSCO, para que pudesse ser beneficiadas em contratos e licitações da Estatal²⁶.

O próprio PEDRO BARUSCO, em decorrência do acordo de colaboração premiada que celebrou com o Ministério Público Federal, reconheceu que vantagens indevidas eram sistematicamente pagas a si, a RENATO DUQUE e ao Partido dos Trabalhadores – PT, no âmbito da Diretoria de Serviços da PETROBRAS, a partir de contratos e respectivos aditivos firmados pelas empreiteiras com a Companhia. Segundo

25 Autos 5053845-68.2014.404.7000, evento 38, APREENSAO9, fls. 04/30 (**ANEXO 46**: Itens nº 02 a 09 do Auto de Apreensão da Engevix).

26 Vejam-se denúncias oferecidas, que descrevem e indicam provas concretas dos esquemas, as quais estão disponíveis nos autos anteriormente indicados. Dentre elas, a denúncia encartada nos autos 5012331-04.2015.404.7000 faz uma descrição mais focada nos crimes ocorridos na Diretoria de Serviços, apresentando provas dos crimes.

revelado por PEDRO BARUSCO, tais pagamentos ocorriam para que as empreiteiras obtivessem benefícios em grandes certames e contratos das Diretorias de Abastecimento, Gás e Energia, Exploração e Produção, cujos procedimentos licitatórios, na maioria das vezes, eram conduzidos pela Diretoria de Serviços, da qual fazia parte.²⁷

PEDRO BARUSCO admitiu ter recebido aproximadamente **US\$ 97.000.000,00** a título de vantagens indevidas decorrentes de contratos celebrados pelas empresas cartelizadas com a **PETROBRAS**, em decorrência do cargo que ocupava na Diretoria de Serviços da empresa. Afirmou, ainda, que atuava não apenas em nome próprio, mas também no de **RENATO DE SOUZA DUQUE**, sendo o responsável pelo controle dos pagamentos e, por vezes, até mesmo pela entrega dos valores ao ex-diretor²⁸.

As afirmações de PEDRO BARUSCO são confirmadas não só diante dos **US\$ 97.000.000,00** que ele se comprometeu a devolver à Justiça no âmbito de sua colaboração, em grande parte já efetivamente restituídos a este Juízo (Autos nº 5075916-64.2014.4.04.7000), valor este manifestamente incompatível com os rendimentos dos cargos que desempenhou na PETROBRAS, mas também pela riqueza dos detalhes informados em suas declarações e pelos documentos que forneceu ao MPF, a exemplo de duas tabelas²⁹ concernentes ao controle dos recebimentos indevidos. Em uma delas, consta a sigla dos recebedores, dentre elas "MW", em referência a "my way", codinome utilizado para identificar **RENATO DE SOUZA DUQUE**, bem como "SAB", em referência ao nome "SABRINA" utilizado por **PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO**. Em outra, são detalhadas as porcentagens, contratos e operadores responsáveis pelo repasse dos valores³⁰.

27 Termo de Colaboração nº- **ANEXO 03**.

28 De acordo com as declarações de **PEDRO JOSÉ BARUSCO** (Termo de Declarações nº 2 – autos nº 5075916-64.2014.404.7000, evento 9, OUT4 – **ANEXO 03**): "[...]QUE o declarante afirma que quase tudo o que recebeu indevidamente a título de propina está devolvendo, em torno de US\$ 97 milhões de dólares, sendo que gastou para si US\$ 1 milhão de dólares em viagens e tratamentos médicos; QUE essa quantia foi recebida durante o período em que ocupou os cargos na PETROBRÁS de Gerente de Tecnologia, abaixo do Gerente Geral, na Diretoria de Exploração e Produção, em seguida, quando veio a ocupar o cargo de Gerente Executivo de Engenharia e, por final, quando ocupou o cargo de Diretor de Operações na empresa SETEBRASIL; QUE a quantia maior foi recebida durante o período em que era Gerente Executivo de Engenharia da Petrobrás, subordinado ao Diretor de Serviços RENATO DUQUE [...] QUE RENATO DUQUE recebia parte de sua propina por intermédio do declarante ou outras pessoas que não sabe declinar os nomes [...]"

29 Constantes no evento 9, doc. 3, fls. 08/11, do eproc. n. 5075916-64.2014.404.7000. (**ANEXO 54**).

30 Neste sentido, destaque-se o quanto dito pelo colaborador (Termo de Colaboração nº 1 – autos nº 5075916-64.2014.404.7000, evento 9, OUT3 – **ANEXO 03**): "[...] QUE a letra "P" se refere ao montante do

No mesmo sentido, o quanto foi revelado pelo réu e também colaborador PAULO ROBERTO COSTA, segundo o qual, ao menos a partir do ano de 2005, houve o pagamento sistemático de vantagens indevidas a si e ao Partido Progressista – PP, no interesse e em decorrência de todos os grandes contratos e aditivos firmados pelas empresas cartelizadas com a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS.

Para a corrupção, pagamento e lavagem de vantagens indevidas prometidas aos referidos empregados da PETROBRAS, as empreiteiras lançaram mão a operadores financeiros, dentre os quais se destacam ALBERTO YOUSSEF³¹ e JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO, no âmbito da Diretoria de Abastecimento (PAULO ROBERTO COSTA). De outro lado, perante a Diretoria de Serviços, no interesse de seu Diretor, RENATO DE SOUZA DUQUE, e do Gerente Executivo de Engenharia, PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO, atuaram os operadores MARIO FREDERICO MENDONÇA GOES, ZWI ZCORNICKY, GUILHERME ESTEVES DE JESUS, MILTON PASCOVICH, SHINKO NAKANDAKARI, LUIS EDUARDO CAMPOS BARBOSA DA SILVA, ATAN DE AZEVEDO BARBOSA, BERNARDO SCHILLER FREIBURGHAUS, AUGUSTO AMORIM COSTA, CESAR ROBERTO SANTOS OLIVEIRA e **JOÃO VACCARI NETO**, este último especificamente para zelar pelos interesses do Partido dos Trabalhadores nas vantagens ilícitas decorrentes de contratos da PETROBRAS.

Ressalte-se, ademais, que no esquema de pagamento das vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, **RENATO DUQUE** e PEDRO BARUSCO, bem como ao Partido dos Trabalhadores – PT e ao Partido Progressista – PP, que sustentavam politicamente os referidos funcionários em seus cargos diretivos junto a PETROBRAS, e aos agentes públicos e privados por eles indicados, havia horizontalidade e reciprocidade de interesses³².

faturamento, a letra "MW" era sigla referente à musica "My Way", utilizada pelo declarante para lembrar e identificar RENATO DUQUE, a sigla "MARS" refere-se a "marsshal" (marechal em inglês) e era usada para identificar JOÃO FERRAZ, a sigla "SAB" refere-se a abreviação do nome "Sabrina" para identificar o declarante, pois era uma ex-namorada sua, e, por final, a sigla "MZB" refere-se a "muzamba" e era utilizada pelo declarante para lembrar-se e identificar EDUARDO MUSA [...].

31 Já denunciado pela prática de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro nas ações penais nº 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000.

32 Com efeito, conforme declinado por JULIO CAMARGO (**ANEXO 09**): "[...] a dinâmica de pagamento de

Tanto PEDRO BARUSCO, quanto PAULO ROBERTO COSTA, assim como o operador ALBERTO YOUSSEF e o próprio denunciado **AUGUSTO MENDONÇA**, foram consonantes em afirmar que tais vantagens indevidas prometidas e pagas pelas empreiteiras cartelizadas, no interesse da manutenção do esquema criminoso e de todas as vantagens que dele elas auferiam, eram indexadas de acordo com o próprio valor dos contratos e aditivos que elas vinham a celebrar com a PETROBRAS, sendo que na maioria das vezes variavam entre **1%** e **3%** de seus respectivos valores totais, podendo inclusive, em alguns casos, sobretudo em aditivos, ultrapassar tais percentuais³³.

De outro lado, em contraprestação ao pagamento de tais vantagens, as empresas integrantes do “CLUBE” também eram largamente beneficiadas. Isto porque, dentro do ambiente cartelizado em que elas operavam, elas não só mitigavam de maneira praticamente absoluta a concorrência nos grandes certames da PETROBRAS para distribuírem entre si, segundo seus exclusivos interesses e por maiores preços³⁴, as obras

propinas aos empregados do alto escalão da PETROBRAS não se dava mediante “pressão” ou “chantagens” por parte destes funcionários, mas mediante ajustes recíprocos entre eles e os executivos das empreiteiras contratadas pela Estatal; QUE estes ajustes interessavam a ambas as partes, tanto aos funcionários que recebiam as vantagens, quanto aos executivos que as ofereciam e pagavam, pois se os primeiros recebiam grandes quantias em dinheiro, os empreiteiros recebiam o constante auxílio de tais altos funcionários e buscavam atender os interesses das empresas contratadas nos procedimentos licitatórios e durante a execução dos contratos [...]” g.n.

33 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **ANEXO 01**: [...] Juiz Federal: - Mas esses 3% então, em cima desse preço iam para distribuição para agentes públicos, é isso? Interrogado: -Perfeito. Interrogado: - (...). Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço. (...). Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que... Interrogado: -Não. Juiz Federal: - Celebrado pela PETROBRAS? Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel. Juiz Federal: - Do cartel.

34 Em outras palavras, o ambiente criminoso lhes possibilitava a assinatura de contratos sobrevalorados, mesmo que dentro dos limites tidos como aceitáveis pela PETROBRAS, ou seja, compreendidos entre **-15% (“mínimo”)** e **+20% (“máximo”)** de sua estimativa. De fato, conforme já apurado pelo **TCU** (**ANEXOS 10 e 11**) e também recentemente pela PETROBRAS, a partir de Comissões Internas de Apuração constituídas para analisar os procedimentos de contratação adotados na implantação da Refinaria Abreu e Lima – **RNEST (ANEXO 12**, em Ipojuca/PE, e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – **COMPET** (**ANEXO 13**), em Itaboraí/RJ, verifica-se que o valor das “melhores” propostas, ou seja, das propostas apresentadas pela empresa ou grupo de empresas participantes do Cartel escolhida(s) para vencer cada um dos certames, via de regra, aproximavam-se do valor máximo de **+20% (“teto”)** das estimativas elaboradas pela Estatal, em alguns casos até mesmo o superando. Além disso, tal prática provocava um

que melhor lhes aprouvessem, como também, naturalmente, obtinham o “comprometimento” dos altos funcionários corrompidos da PETROBRAS para que os seus pleitos nos certames e contratos com a Estatal fossem atendidos.

Nesse sentido, em decorrência do acordo de colaboração que celebrou com o Ministério Público Federal, o denunciado **AUGUSTO MENDONÇA** revelou³⁵ que houve o pagamento e a lavagem de vantagens ilícitas à Diretoria de Serviços (a RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO e pessoas por eles indicadas) e ao Partido dos Trabalhadores, em decorrência dos contratos firmados por empresas do Grupo SOG/SETAL com a PETROBRAS no interesse das seguintes obras e por intermédio dos seguintes Consórcios de empresas: **(1) TERMINAL DE CABIÚNAS 2**, cujo contrato foi firmado entre a PETROBRAS e o CONSÓRCIO TSGÁS, composto pelas empresas TOYO ENGENEERING e SOG – ÓLEO E GÁS; **(2) REVAP – REFINARIA HENRIQUE LAGE**, em São José dos Campos/SP, cujo contrato foi firmado entre a PETROBRAS e o CONSÓRCIO ECOVAP, composto pelas empresas TOYO ENGENEERING, OAS e SOG – ÓLEO E GÁS; **(3) REPLAN – REFINARIA DE PAULÍNEA**, em Paulínea/SP, cujo contrato foi firmado entre a PETROBRAS e o CONSÓRCIO CMMS, composto pelas empresas MENDES JUNIOR, MPE e SOG – ÓLEO E GÁS; **(4) REPAR – REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**, em Araucária/PR, cujo contrato firmado entre a PETROBRAS e o CONSÓRCIO INTERPAR, formado pelas empresas MENDES JÚNIOR, MPE e SOG – ÓLEO E GÁS; **(5) TERMINAL CABIÚNAS 3**, em Macaé/RJ, no ano de 2011, na faixa de R\$ 1bilhão, cujo contrato foi firmado entre a PETROBRAS e o CONSÓRCIO SPS, composto pelas empresas SKANSKA, PROMON e SOG.

Ainda de acordo com o denunciado e colaborador **AUGUSTO MENDONÇA**, a lavagem das vantagens indevidas prometidas, oferecidas e pagas pela SOG aos funcionários do alto escalão da Diretoria de Serviços da PETROBRAS, em decorrência das obras de CABIÚNAS 2 e REVAP, foram efetuadas por JULIO CAMARGO³⁶, ao passo que no que pertine às obras em CABIÚNAS 3 foram realizados depósitos no exterior em favor de **RENATO DUQUE**.

efeito do tipo “bola de neve” nos preços dos novos contratos, pois as estimativas de preços dos novos certames tomava em consideração os valores dos contratos celebrados nas licitações anteriores, que eram inflados.

35 **ANEXO 05**.

36 **ANEXO 05** – Termo de Colaboração nº 7 de Augusto Mendonça.

Já em relação aos contratos das refinarias REPAR e REPLAN, a lavagem e operacionalização dos pagamentos das propinas prometidas pela SOG e demais empresas consorciadas à Diretoria de Serviços ocorreu, segundo **AUGUSTO MENDONÇA**, mediante três principais formas³⁷:

- (i) pagamento direto a PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO e RENATO DE SOUZA DUQUE de valores em espécie, utilizando-se, para tanto, da celebração de contratos ideologicamente falsos com pessoas jurídicas pertencentes ou controladas por operadores, para o posterior fornecimento de notas frias, as quais por sua vez providenciavam o dinheiro vivo;
- (ii) realização de remessas de valores para contas indicadas por PEDRO BARUSCO e RENATO DUQUE no exterior;
- (iii) realização de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores – PT, realizadas a pedido de RENATO DUQUE e intermediadas por **JOÃO VACCARI NETO**.

Para não alongar desnecessariamente o relato sobre os crimes antecedentes os delitos de lavagem de dinheiro imputados nesta denúncia, faz-se remissão à ação penal nº **5012331-04.2015.4.04.7000** proposta perante este Juízo, na qual o MPF narra detalhadamente os delitos de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro, praticados por **AUGUSTO MENDONÇA, RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO, JOÃO VACCARI NETO** e outros, em decorrência de contratos celebrados pelos Consórcios INTERPAR e CMMS com a PETROBRAS, no interesse das obras das refinarias REPAR e REPLAN. Na denúncia lá oferecida são apresentadas amplas provas documentais de esquemas envolvendo o pagamento de propinas e a lavagem de dinheiro relacionada à Diretoria de Serviços (**ANEXOS 14 e 15**).

Com efeito, a presente denúncia insere-se como um prolongamento daquela proposta sob o nº 5012331-04.2015.4.04.7000, na medida em que, conforme revelado por **AUGUSTO MENDONÇA** durante a colheita de seu termo de colaboração complementar de nº 5 (**ANEXO 16**), também houve lavagem de vantagens indevidas auferidas pela SOG em decorrência de contratos que firmou com a PETROBRAS, notadamente REPAR –

37 Citem-se, nesse sentido, as declarações que prestou no Termo de Colaboração de nº 07 e no Termo de Colaboração Complementar de nº. 03 (**ANEXO 05**).

situada em Araucária, no Paraná – e REPLAN – situada em Paulínea –, para posterior pagamento de beneficiários indicados por **RENATO DUQUE** (Diretoria de Serviços da PETROBRAS), no caso **JOÃO VACCARI NETO** e o Partido dos Trabalhadores, mediante a celebração de contratos ideologicamente falsos – porque não houve a correspondente prestação de serviços – com a **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**, a qual tem vinculações com o Partido dos Trabalhadores.

Assim, conforme será exposto no próximo item, a par de viabilizar o recebimento (lavagem) de vantagens ilícitas sob a forma de “doações oficiais”³⁸, **JOÃO VACCARI NETO** também foi responsável por, em conjunto com **RENATO DUQUE**, no interesse próprio e do Partido dos Trabalhadores – PT, receber mediante celebração de contratos frios pela **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**, uma parte da propina paga pelo Grupo SOG/SETAL à Diretoria de Serviços da PETROBRAS.

2. LAVAGEM DE CAPITAIS MEDIANTE A EDITORIA GRÁFICA ATITUDE

Conforme narrado acima e pormenorizado na ação penal nº 5012331-04.2015.4.04.7000 (**ANEXO 14**), **AUGUSTO MENDONÇA** prometeu e ofereceu vantagens indevidas a **RENATO DUQUE** e **PEDRO BARUSCO**, as quais estavam indexadas em um percentual variável entre 1% e 3% dos contratos que a SOG/SETAL, isoladamente e consorciada com outras empreiteiras, celebrou com a PETROBRAS. Como se descreveu, foram usados vários métodos para que os recursos fossem entregues aos destinatários com aparência “limpa”, sendo um deles o objeto da imputação nesta denúncia.

Não só os crimes antecedentes foram praticados por intermédio de organização criminosa, mas também os próprios atos de lavagem, mediante divisão de tarefas ocorrida no âmbito da própria organização criminosa que praticou os crimes

38 De fato, conforme imputado na ação penal nº 5012331-04.2015.4.04.7000 (**ANEXO 14**), parte das vantagens ilícitas destinadas por AUGUSTO MENDONÇA à Diretoria de Serviços foi repassada ao Partido dos Trabalhadores (PT), mediante indicações de RENATO DUQUE e **JOÃO VACCARI NETO**, sob o disfarce de “doações oficiais” ao Partido dos Trabalhadores, por meio das empresas PEM, PROJETEC e SOG. Esses repasses de propina, disfarçados de doações eleitorais, foram executados no interregno de 23/08/2008 a 08/03/2012 e totalizaram o montante de **R\$ 4.260.000,00**.

antecedentes (descrita acima, bem como na denúncia que constitui o ANEXO 14, fazendo-se remissão por economia).

Primeiro conjunto de atos de lavagem

Neste contexto, em data não precisada, mas certamente inserida no primeiro semestre do ano de 2010, em conversa que manteve sobre os contratos e aditivos que as empresas do Grupo SOG/SETAL mantinham com a PETROBRAS, e, especialmente, sobre as promessas/oferecimentos de vantagens realizadas em decorrência de tais contratos aos integrantes da Diretoria de Serviços da referida Estatal³⁹, **RENATO DUQUE** solicitou a **AUGUSTO MENDONÇA** que procurasse **JOÃO VACCARI NETO** para que com ele tratasse sobre a forma como seriam destinados recursos ao Partido dos Trabalhadores – PT, recursos estes provenientes de crimes praticados em detrimento da PETROBRAS e que seriam baixados dos valores das propinas prometidas à Diretoria de Serviços.

No tocante aos contatos entre **RENATO DUQUE** e **AUGUSTO MENDONÇA** insta destacar que, somente no ano de 2010, foram registradas 15 (quinze) ligações telefônicas⁴⁰ entre os terminais (11) 8136-3176, utilizado por **AUGUSTO RIBEIRO**, e (21) 9972-7098, utilizado por **RENATO DUQUE**⁴¹. A título de exemplo, mencionam-se ligações travadas em 30/04/2010 (contemporâneo aos fatos ora denunciados), conforme trecho⁴² do extrato telefônico juntado pelo próprio **AUGUSTO** em função de sua colaboração com a Justiça:

30/04/10 16:10:40	SP AREA 11	RJ AREA 21	021-9972-7098	N	01m04s
30/04/10 16:24:21	SP AREA 11	RJ AREA 21	021-9972-7098	N	00m36s

39 Inserir aqui quais contratos estavam vigentes da SETAL/SOG com a PETROBRAS.

40 Os extratos telefônicos do terminal (11) 8136-3176 constam no evento 51, docs. 5 e 6, do eproc. n. 5073441-38.2014.404.7000. (**ANEXOS 48 e 49**).

41 De acordo com **AUGUSTO RIBEIRO** (evento 1, doc. 11, do eproc. 5073441-38.2014.404.7000 – Termo de Colaboração nº 7 - **ANEXO 05**), “*indagado se dispõe de registros à época acerca de tais encontros, afirma agendou tais encontros por meio de ligação telefônica de seu aparelho celular (11 – 98136-3176) para os telefones de RENATO DUQUE (21 – 99972-7098) ou PEDRO (21 – 98493-8141)*”. (grifos nossos)

42 Evento 51, doc. 5, p. 41, do eproc. n. 5073441-38.2014.404.7000. (**ANEXO 48**).

Assim, atendendo ao pedido de **RENATO DUQUE**, em data incerta, mas próxima ao dia da celebração do primeiro contrato em 01/04/10, **AUGUSTO MENDONÇA** encontrou-se com **JOÃO VACCARI NETO**, o qual lhe solicitou que, paralelamente ao repasse de propinas ao Partido dos Trabalhadores – PT mediante doações oficiais⁴³, repassasse parte das propinas a tal agremiação, no valor de **R\$ 1.200.000,00**, mediante a realização de pagamentos à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE** (CNPJ nº 08.787.393/0001-37), sediada em São Paulo/SF.

AUGUSTO MENDONÇA, interessado em atender aos interesses do então Diretor de Serviços da PETROBRAS, **RENATO DUQUE**, e do operador **JOÃO VACCARI NETO**, que representava o Partido Político que sustentava aquele na Diretoria de Serviços da Estatal (PT), e pretendendo, em seguida, proceder a baixa das propinas que prometera à referida Diretoria da PETROBRAS, anuiu com o pedido de pagamentos à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE** feito por **JOÃO VACCARI NETO**. **AUGUSTO MENDONÇA** solicitou, contudo, para que não restasse comprometido o caixa de suas empresas, que os pagamentos fossem efetuados de maneira parcelada.

Ficou acertado entre **AUGUSTO MENDONÇA** e **JOÃO VACCARI NETO**, então, para dar aparência de licitude às transferências dos valores ilícitos das empresas do primeiro para a **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**, que deveria ser celebrado um contrato de prestação de serviços no qual restasse previsto que o pagamento ocorreria em parcelas mensais. Em seguida, diante da concordância **AUGUSTO MENDONÇA**, **JOÃO VACCARI NETO** o colocou em contato com representantes da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE** para a operacionalização do esquema de lavagem concebido.

Efetuados os ajustes, no intuito de ocultar e dissimular a natureza, origem, disposição, movimentação, localização e propriedade dos valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos praticados anteriormente indicados acima, referentes a obras localizadas inclusive no Paraná, destinando tais valores a **JOÃO VACCARI NETO** e ao Partido dos Trabalhadores – PT, foi celebrado, em São Paulo, em **01 de abril de 2010**

43 Conforme imputado na ação penal nº 5012331-04.2015.4.04.7000 (**ANEXO 14**), uma parte das vantagens ilícitas destinadas por AUGUSTO MENDONÇA à Diretoria de Serviços foi repassada ao Partido dos Trabalhadores (**R\$ 4.260.000,00**), entre 23/08/2008 e 08/03/2012, e mediante indicações de **RENATO DUQUE** e **JOÃO VACCARI NETO**, sob o disfarce de “doações eleitorais oficiais”.

contrato de prestação de serviços de comunicação entre a SETEC TECNOLOGIA S/A, empresa do Grupo de **AUGUSTO MENDONÇA**, e a **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**.

Tal contrato teve como objeto nominal e fictício “o incentivo da Contratante, para que a Revista do Brasil, edição mensal impressa, com tiragem de 360 mil exemplares, distribuídos gratuitamente à sócios de sindicatos e comercializada em bancas de jornais e revista, de propriedade da Contratada, veicule conteúdo noticioso e opinativo sobre temas relacionados com o desenvolvimento e proteção da indústria nacional no Brasil, no tocante à área de extração de petróleo e na conversão em seus derivados”.⁴⁴

O contrato foi firmado por **AUGUSTO MENDONÇA**, por parte da SETEC, e por IVONE MARIA DA SILVA⁴⁵, como representante da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**, e seu preço total restou acertado em **R\$ 1.200.000,00**, o qual deveria ser pago mediante parcelas mensais de **R\$ 100.000,00**.

A partir deste contrato, restaram praticados delitos individuais de lavagem de dinheiro por intermédio da emissão pela empresa **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**, de **12 (doze)** notas fiscais frias⁴⁶, referentes a serviços inexistentes, que totalizaram os **R\$ 1.200.000,00** ajustados:

Nº	Tomador	Emitente da NF/Prestador de Serviços (Beneficiário do \$)	Data	NF	Valor (R\$)
1	SETAL	EDITORIA ATITUDE	05/06/10	873	100.000,00
2	SETAL	EDITORIA ATITUDE	15/06/10	874	100.000,00
3	SETAL	EDITORIA ATITUDE	16/07/10	913	100.000,00
4	SETAL	EDITORIA ATITUDE	16/08/10	0959	100.000,00
5	SETAL	EDITORIA ATITUDE	08/09/10	1004	100.000,00
6	SETAL	EDITORIA ATITUDE	20/10/10	1043	100.000,00
7	SETAL	EDITORIA ATITUDE	16/11/10	1087	100.000,00
8	SETAL	EDITORIA ATITUDE	09/12/10	1130	100.000,00
9	SETAL	EDITORIA ATITUDE	12/01/11	1171	100.000,00

44 Conforme instrumento contratual constante no **ANEXO 17**, fornecido por **AUGUSTO DE MENDONÇA** por ocasião da colheita de seu Termo de Colaboração Complementar de nº 5.

45 Consoante se denota a partir do confronto com as assinaturas constantes do contrato social da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**. (**ANEXO 18**). Conforme se consignou na cota desta denúncia, sua responsabilidade penal será avaliada em investigação apartada.

46 A tabela foi confeccionada a partir dos documentos fornecidos por **AUGUSTO DE MENDONÇA (ANEXO 18)** por ocasião da colheita de seu Termo de Colaboração Complementar de nº 5 (**ANEXO 16**).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

10	SETAL	EDITORAS ATITUDE	15/02/11	1216	100.000,00
11	SETAL	EDITORAS ATITUDE	23/03/11	1228	100.000,00
12	SETAL	EDITORAS ATITUDE	12/04/11	1278	100.000,00
Totalização das Notas Fiscais					R\$ 1.200.000,00

Após a emissão das notas fiscais suprareferidas, o trânsito dos ativos ilícitos ocorreu mediante a realização de 12 (doze) transferências bancárias de contas de empresas do grupo empresarial de **AUGUSTO MENDONÇA** (TIPUANA e PROJETEC), diversas daquela que firmou o contrato (SETEC TECNOLOGIA), para conta mantida pela **EDITORAS GRÁFICA ATITUDE LTDA.:**

Pagamentos (Transferências bancárias do Tomador p/ Prestador)⁴⁷			
Nº	Pagador	Data	Valor (R\$)
1	TIPUANA	29/06/10	93.850,00
2	TIPUANA	06/07/10	93.850,00
3	PROJETEC	09/08/10	93.850,00
4	PROJETEC	20/09/10	93.850,00
5	PROJETEC	04/11/10	93.850,00
6	PROJETEC	15/12/10	93.850,00
7	PROJETEC	22/02/11	93.850,00
8	PROJETEC	02/03/11	93.850,00
9	PROJETEC	09/05/11	93.850,00
10	TIPUANA	28/09/11	93.850,00
11	PROJETEC	03/11/11	93.850,00
12	PROJETEC	29/11/11	93.850,00
Totalização dos pagamentos			R\$ 1.126.200,00

Importante destacar, nesse sentido, que os dados entabulados, por suas características, notadamente a existência de pagamentos fora dos períodos corretos em relação às notas, três deles muito posteriores à emissão dessas, evidenciam que a emissão das notas frias se deu com o intuito de justificar formalmente (“lavar”) o trânsito do dinheiro sujo.

⁴⁷ A discrepância identificada entre o valor da nota fiscal e o montante transferido se dá em decorrência do desconto de tributos.

Corrobora tal afirmação a cópia da comunicação eletrônica mantida entre funcionária da REVISTA DO BRASIL (pertencente à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA.**, consoante referido no contrato em comento), CARLA GALLANI⁴⁸, e empregados do **Grupo SETAL/SOG**, CARLOS ALBERTO RODRIGUES e FELIPE MAGENO OLIVEIRA RAMOS⁴⁹, encaminhando a nota fiscal referente ao mês de abril de 2010, em e-mail datado, contudo, de 15 de junho de 2010.

Segundo conjunto de atos de lavagem

Em condições similares às reveladas acima, em data não precisada, mas certamente inserida no primeiro semestre do ano de 2013, em conversa que manteve sobre o acerto de vantagens indevidas, que estavam atrasadas, decorrentes dos contratos e aditivos firmados pela SOG/SETAL com a PETROBRAS, **RENATO DUQUE** solicitou a **AUGUSTO MENDONÇA** que procurasse **JOÃO VACCARI NETO** para com ele tratar sobre os recursos espúrios que deveriam ser transferidos ao Partido dos Trabalhadores – PT.

Assim, atendendo ao pedido de **RENATO DUQUE** no que concerne ao acerto dos pagamentos de propinas adredeamente prometidas em decorrência de contratos celebrados com a PETROBRAS, em data incerta, mas próxima ao dia 01/07/2013, **AUGUSTO MENDONÇA** encontrou-se com **JOÃO VACCARI NETO**, o qual lhe solicitou que novamente transferisse parte das propinas ao Partido dos Trabalhadores – PT, mediante a realização do pagamento de **R\$ 1.200.000,00** à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE** (CNPJ nº 08.787.393/0001-37), sediada em São Paulo/SP.

AUGUSTO MENDONÇA, atendendo aos interesses de **RENATO DUQUE** e do operador **JOÃO VACCARI NETO**, imbuído do intuito de quitar o valor das propinas que prometera a **RENATO DUQUE** enquanto ele ocupava a Diretoria de Serviços da PETROBRAS, anuiu com o pedido de **JOÃO VACCARI NETO** de direcionamento das propinas à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**.

48 Conforme se consignou na cota, sua responsabilidade penal será avaliada em investigação apartada.

49 Que, por sua vez, encaminha o e-mail ao contador do Grupo SOG/SETAL, RINALDO CESARIO DE LIMA (**ANEXO 19**).

Assim como realizado anteriormente, **AUGUSTO MENDONÇA** e **JOÃO VACCARI NETO** ajustaram entre si, que, para dar aparência de licitude às transferências dos valores ilícitos das empresas do primeiro para a **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**, celebrariam um contrato de prestação de serviços ideologicamente falso, cujos serviços jamais seriam prestados. Para tanto, e para o ajustes dos detalhes das operações, **JOÃO VACCARI NETO** novamente colocou **AUGUSTO MENDONÇA** em contato com representantes da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**.

Efetuados os ajustes, no intuito de ocultar e dissimular a natureza, origem, disposição, movimentação, localização e propriedade dos valores provenientes, direta e indiretamente dos delitos praticados anteriormente indicados acima, referentes a obras localizadas inclusive no Paraná, destinando tais valores a **JOÃO VACCARI NETO** e ao Partido dos Trabalhadores – PT, foi firmado, em **01 de julho de 2013**, contrato de prestação de serviços de comunicação entre a SOG – ÓLEO E GÁS S/A, empresa do Grupo de **AUGUSTO MENDONÇA**, e a **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA**, tendo objeto idêntico ao do contrato anterior, a cuja descrição, acima, faz-se remissão⁵⁰.

O contrato foi firmado, por determinação de **AUGUSTO MENDONÇA**, por JOHNNY ROSA e outro empresário do Grupo SOG ainda não identificado. O contrato também foi subscrito pela **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA.**, por pessoa ainda não identificada.⁵¹

A partir deste contrato, foram praticadas 10 (dez) operações individuais de lavagem de dinheiro, por intermédio da emissão de 6 (seis) notas fiscais frias, referentes a serviços inexistentes, pela empresa **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE LTDA.**, com a posterior realização de 10 (dez) transferências eletrônicas, sintetizadas no quadro abaixo⁵²:

Nº	Tomador	Emitente da NF/Prestador de Serviços	Data	NF	Valor (R\$)	Pagamentos (Transferências bancárias do Tomador p/ Prestador) ⁵³			
						Nº	Pagador	Data	Valor (R\$)

50 Conforme instrumento contratual constante no **ANEXO 20**, fornecido por **AUGUSTO DE MENDONÇA** por ocasião da colheita de seu Termo de Colaboração Complementar de nº 5.

51 Constam como testemunhas FÁBIO BATISTA DA SILVA e MARIA ANGELICA COPATI. A responsabilidade penal dos representantes da gráfica, conforme informado na cota, será apurada em apartado.

52 A tabela foi confeccionada a partir dos documentos fornecidos por **AUGUSTO DE MENDONÇA (ANEXO 20)** por ocasião da colheita de seu Termo de Colaboração Complementar de nº 5 (**ANEXO 16**).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(Beneficiário)									
13	SOG	EDITORAS ATITUDE	16/08/13	2557	200.000,00	13	PROJETEC	24/07/13	187.700,00
14	SOG	EDITORAS ATITUDE	16/08/13	2558	200.000,00	14	PROJETEC	19/08/13	187.700,00
15	SOG	EDITORAS ATITUDE	11/09/13	2563	200.000,00	15	SOG	19/09/13	87.700,00
						16	SOG	19/09/13	100.000,00
16	SOG	EDITORAS ATITUDE	17/10/13	2645	200.000,00	17	SOG	21/10/13	87.700,00
						18	SOG	21/10/13	100.000,00
17	SOG	EDITORAS ATITUDE	18/11/13	2650	200.000,00	19	SOG	18/11/13	87.700,00
						20	SOG	18/11/13	100.000,00
18	SOG	EDITORAS ATITUDE	03/12/13	2687	200.000,00	21	SOG	09/12/13	100.000,00
						22	SOG	09/12/13	87.700,00
Totalização das Notas Fiscais					R\$ 1.200.000,00	Totalização dos pagamentos			R\$ 1.126.200,00

A utilização do expediente acima, com a emissão de notas tão somente para dar aparência de licitude, justificando formalmente, sob prisma econômico, o trânsito (lavagem) do dinheiro sujo oriundo da empreiteira administrada pelo denunciado **AUGUSTO MENDONÇA**, é sinalizada pela discrepância do método, pois a primeira linha da tabela retrata a transferência de valores anterior à emissão da respectiva nota fiscal, diferentemente do que ocorreu em outros meses.

Uma parte substancial dos depósitos citados acima também foi comprovada a partir da análise das informações bancárias das empresas TIPUANA e PROJETEC, cujo sigilo foi afastado por este Juízo. Com efeito, a partir de tais quebras foi possível comprovar 14 (quatorze) depósitos mensais por elas realizados à **EDITORAS GRÁFICA ATITUDE**, nos anos de **2010, 2011** e **2013**, conforme o quadro ilustrativo abaixo⁵⁴:

53 A discrepância identificada entre o valor da nota fiscal e o montante transferido se dá em decorrência do desconto de tributos.

54 O quadro foi confeccionada com base nos documentos obtidos a partir da quebra de sigilo fiscal deferida por esse Juízo nos Autos n. 5085087-45.2014.4.04.7000 e fornecidos pela RFB.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DEPOSITANTE	BENEFICIÁRIO	DATA	VALOR
TIPUANA PARTICIPACOES LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	29/06/2010	R\$ 93.850,00
TIPUANA PARTICIPACOES LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	06/07/2010	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	09/08/2010	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	20/09/2010	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	04/11/2010	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	15/12/2010	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	22/02/2011	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	02/03/2011	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	09/05/2011	R\$ 93.850,00
TIPUANA PARTICIPACOES LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	28/09/2011	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	03/11/2011	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	29/11/2011	R\$ 93.850,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	24/07/2013	R\$ 187.700,00
PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA LTDA	EDITORARAFICA ATITUDE	19/08/2013	R\$ 187.700,00
TOTAL			R\$ 1.501.600,00

De forma a afastar qualquer dúvida acerca a natureza ilícita das transações financeiras retratadas nos quadros acima, que tinham por único propósito ocultar e dissimular a natureza, origem, disposição, movimentação, localização e propriedade de valores provenientes de ilícitos praticados em detrimento da PETROBRAS, cumpre salientar que o próprio denunciado **AUGUSTO MENDONÇA** reconheceu que, não obstante o pretexto indicado por **JOÃO VACCARI NETO** para a contratação e pagamentos da **SOG/SETAL** à **EDITORARAFICA ATITUDE** fosse a realização de propagandas em revista por ela publicada [Revista do Brasil], a “[...] SOG/SETAL não possuía qualquer interesse comercial em publicar anúncios na revista, tendo efetuado os pagamentos apenas ante ao pedido de JOÃO VACCARI e ao fato de que eles seriam baixados dos valores de vantagens indevidas prometidas a Diretoria de Serviços” (**ANEXO 16**).

Outrossim, no tocante à ligação da **EDITORARAFICA ATITUDE** com o denunciado **JOÃO VACCARI NETO** e com o Partido dos Trabalhadores – PT, deve-se salientar que, a partir de pesquisas em bancos de dados, verificou-se que os sócios da **EDITORARAFICA ATITUDE** são o Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de São Paulo/SP e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de notória vinculação ao Partido dos Trabalhadores, sendo que JUVANDIA MOREIRA LEITE, presidente do primeiro Sindicato, figura como administradora da **EDITORARAFICA ATITUDE**.⁵⁵

55 Nesse sentido, veja-se a última alteração contratual da EDITORARAFICA ATITUDE, datada de

Oportuno destacar, ainda, o vínculo de relacionamento de **JOÃO VACCARI NETO** com a **EDITORA GRÁFICA ATITUDE** e o Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de São Paulo/SP, haja vista que foi presidente do BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, instituição que foi criada por esse Sindicato. Para melhor visualizar tais relacionamentos faz-se remissão ao digrama juntado ao **ANEXO 23** desta denúncia, o qual faz parte desta peça como se aqui transrito.

Necessário destacar, de outro turno, que a ligação entre a **EDITORA GRÁFICA ATITUDE** e o Partido dos Trabalhadores – PT vai além da afinidade entre as entidades sindicais proprietárias daquela com os programas partidários desta agremiação. A partir de busca efetuada na ferramenta de pesquisa *Google* obtém-se, em um dos primeiros resultados, notícia publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE⁵⁶, relativa à decisão proferida pelo **TSE** na **RP nº 355.133**, no seguinte sentido (**ANEXO 24**):

“[...] O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aplicou na noite desta terça-feira (10) multas de R\$ 15 mil à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à **Editora Gráfica Atitude** Ltda. por fazerem propaganda eleitoral ilícita em favor da então candidata do **Partido dos Trabalhadores (PT)** à Presidência da República, Dilma Rousseff, e contrária a José Serra, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao cargo em 2010. Os ministros do Tribunal entenderam que tanto a CUT como a gráfica desrespeitaram a legislação eleitoral ao promoverem a candidatura de Dilma em jornal bancado pela central e em revista produzida pela editora, respectivamente em setembro e outubro de 2010 [...]” (g.n.)

Depreende-se do julgamento que o veículo da **EDITORA GRÁFICA ATITUDE** utilizado ilicitamente para fazer propaganda eleitoral do Partido dos Trabalhadores foi a **Revista do Brasil**, edição nº 52, de **outubro de 2010**, justamente o periódico indicado no objeto dos dois contratos⁵⁷ que foram celebrados, pelas empresas de **AUGUSTO MENDONÇA**, SETAL e SOG, no intuito de dar aparência de licitude às

17/01/2008 (**ANEXO 18**).

56 <http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1467107>.

57 “[...] incentivo da Contratante, para que a Revista do Brasil, edição mensal impressa, [...] veicule conteúdo noticioso e opinativo sobre temas relacionados com o desenvolvimento e proteção da indústria nacional no Brasil [...]” (**ANEXOS 17 e 20**)

transferências de dinheiro que teve origem em diversos crimes, constituindo operações de lavagem de capitais denunciadas nesta oportunidade.

Interessante notar, à guisa do quanto já foi retratado nos quadros de pagamentos colacionados acima, que, justamente nos meses que antecederam e sucederam tal publicação (outubro de 2010), ou seja, nos meses de junho a setembro de 2010, bem como nos meses de novembro e dezembro do mesmo ano, ocorreram diversos depósitos no valor individual de **R\$ 93.850,00** pelas empresas TIPUANA e PROJETEC, do grupo empresarial de AUGUSTO MENDONÇA, à **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**.

Sobre o papel central de **JOÃO VACCARI NETO**, conjuntamente com **RENATO DUQUE**, nesses recebimentos e lavagem de propinas de empreiteiras contratadas pela PETROBRAS por intermédio da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE**, oportuno destacar que o denunciado **AUGUSTO MENDONÇA** foi explícito no sentido de que a **GRÁFICA** foi indicada por **JOÃO VACCARI NETO** como destino de parte das propinas ajustadas e referentes à Diretoria de Serviços (**ANEXO 16⁵⁸**).

Um último detalhe que chama atenção no tocante à ligação da **EDITORIA GRÁFICA ATITUDE** com o Partido dos Trabalhadores (PT) e **JOÃO VACCARI NETO**, tesoureiro desta agremiação no período em que ocorreram os ilícitos ora denunciados, refere-se ao fato de que, efetuando-se pesquisas na internet para localizar o endereço da citada Editora (no sítio da “TeleListas.net”, por exemplo, conforme **ANEXO 27**), há menção à Rua Abolição, 297, Boa Vista, São Paulo/SP, local que coincide com a sede da Diretoria Estadual do Partido dos Trabalhadores em São Paulo/SP⁵⁹.

Tem-se, assim, que, no período compreendido entre data próxima a 1º de abril de 2010 e 09 de dezembro de 2013, **JOÃO VACCARI NETO**, **RENATO DUQUE** e **AUGUSTO MENDONÇA**, de modo consciente, voluntário e reiterado, em comunhão de

58 De fato, afirmou o colaborador: “[...] se RENATO DUQUE também lhe pediu que depositasse valores das vantagens indevidas prometidas a Diretoria de Serviços na EDITORIA GRÁFICA ATITUDE, o COLABORADOR mencionou que não, tendo RENATO DUQUE apenas solicitado ao COLABORADOR que fosse conversar com JOÃO VACCARI sobre tais pagamentos; QUE era JOÃO VACCARI quem definia de que forma os pagamentos deveria ser efetuados ao Partido dos Trabalhadores – PT, tanto quanto foram realizados mediante doações oficiais aos diretórios deste Partido, quanto quando foram realizados mediante pagamentos a EDITORIA GRÁFICA ATITUDE [...]”

59 Conforme informações obtidas nos sítios: “<http://www.pt-sp.org.br>” <http://www.pt.org.br/fale-conosco/>” e “<http://www.linhadireta.org.br/>”. (**ANEXOS 50 a 53**).

vontades e por intermédio de organização criminosa que integravam, servindo-se da celebração, em 01/04/10 e 01/07/13, de 2 (dois) contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos entre as empresas SETEC Tecnologia S/A e SOG – Óleo e Gás S/A com a EDITORA GRÁFICA ATITUDE LTDA, para a posterior emissão de 18 (dezoito) notas fiscais frias e realização de 22 (vinte e duas) transferências bancárias fraudulentas, e inclusive por meio dessas notas e pagamentos, ocultaram e dissimularam a natureza, origem, disposição, movimentação, localização e propriedade de **R\$ 2.400.000,00** provenientes, direta e indiretamente, de delitos de organização criminosa, formação de cartel, fraude à licitação e corrupção, por eles praticados em detrimento da PETROBRAS, e assim incorreram na prática, por 22 (vinte e duas) vezes, em concurso material, do crime de **lavagem de capitais**, previsto no art. 1º, caput e § 4º da Lei 9.613/98.

3. CAPITULAÇÃO

Em vista de tudo o quanto foi exposto, o **Ministério Públco Federal** denuncia **AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO, JOÃO VACCARI NETO e RENATO DE SOUZA DUQUE**, pela prática, 01/04/2010 e 09/12/2013, por **24 vezes**, em **concurso material**, do delito de **lavagem de capitais**, previsto no art. 1º, *caput* e § 4º da Lei 9.613/98. Em **JOÃO VACCARI NETO**, incide ainda a agravante do art. 62, I, do Código Penal.

4. REQUERIMENTOS FINAIS

Desse modo, requer o **Ministério Públco Federal**:

- a)** o recebimento desta denúncia, a citação dos denunciados para responderem à acusação e sua posterior intimação para audiência, de modo a serem processados no rito comum ordinário (art. 394, § 1º, I, do CPP), até final condenação, na hipótese de ser confirmada a imputação, nas penas da capitulação;
- b)** a oitiva das testemunhas arroladas ao fim desta peça;
- c)** seja conferida prioridade a esta Ação Penal, por contar com réus presos;

d) seja decretado o perdimento do produto e proveito dos crimes, ou do seu equivalente, incluindo aí os numerários bloqueados em contas e investimentos bancários e os montantes em espécie apreendidos em cumprimento aos mandados de busca e apreensão, no montante de **R\$ 2.400.000,00**, correspondente às vantagens indevidas pagas por **AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO**, a pedido de **RENATO DE SOUZA DUQUE** e **JOÃO VACCARI NETO**, por intermédio de contratos firmados com a **EDITORAS GRÁFICA ATITUDE LTDA**;

e) sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o arbitramento cumulativo do dano mínimo, a ser revertido em favor da PETROBRAS, com base no art. 387, *caput* e IV, do CPP, no montante de **R\$ 4.800.000,00**, correspondente ao dobro do valor total dos numerários ilícitos "lavados" pelos denunciados a partir das condutas objeto de imputação na presente denúncia.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

Deltan Martinazzo Dallagnol

Procurador Republica

Januário Paludo

Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima

Procurador Regional da República

Orlando Martello

Procurador Regional da República

Antônio Carlos Welter

Procurador Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon

Procurador da República

Diogo Castor de Mattos

Procurador da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho

Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa

Procurador da República

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1) JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO**, réu colaborador⁶⁰, brasileiro, nascido em 10/10/1951, filho de Lucia Maria Gerin de Almeida Camargo, inscrito no CPF/MF sob o nº 416.165.708-06, residente na Rua Dr. Oscar de Almeida, 40, Fazenda Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05656-000;
- 2) PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO**, réu colaborador⁶¹, brasileiro, nascido em 07/03/1956, filho de Anna Gonzalez Barusco, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.145.708-15, com residência na Avenida de Marapendi, nº 1315, Bloco 3, apartamento 303, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ;
- 3) CARLA RODRIGUES DE MOURA GALLANI**, brasileira, nascida em 28/01/1978, filha de Raimunda Nilmar Rodrigues de Moura, inscrita no CPF/MF sob o nº 153.812.618-45, com residência na Rua Elza Guimarães, 321A, casa 11, Vila Amália, São Paulo/SP;
- 4) IVONE MARIA DA SILVA**, brasileira, nascida em 22/04/1971, inscrita no CPF/MF sob o nº 116.554.098-32 e no RG sob o nº 192369349/SP, residente à Rua João Cabral, 251, Santana, São Paulo/SP, CEP 024310-00;
- 5) JOHNNY ROSA VIGNOTO**, brasileiro, nascido em 13/05/1986, filho de Irani Rosa Vignoto, inscrito no CPF/MF sob o nº 339.208.298-83, residente na Rua Sertões de Caninde, 34, Vila Invernada, São Paulo/SP, CEP 03350020;
- 6) FELIPE MAGENO OLIVEIRA RAMOS**, brasileiro, nascido em 25/10/1969, filho de Neli Oliveira Ramos, inscrito no CPF/MF sob o nº 149.031.098-36, com residência na Rua Salvador Peloso Basile, 163, Jardim Santa Rosa, Taboão da Serra/SP, CEP 06755010;
- 7) CARLOS ALBERTO RODRIGUES**, CPF 052.187.668-01, com endereço na Al. Paineiras, 610, Parque da Fazenda, Itatiba-SP, CEP 13255-885, tel. (11) 4534-2263;
- 8) JUVANDIA MOREIRA LEITE**, brasileira, nascida em 16/10/1972, inscrita no CPF/MF sob o nº 176.362.598-26, com endereço na Rua Japurá, 55, Apartamento 1219, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01319030.

60 Conforme Acordo de Colaboração Premiada, por ele celebrado com o Ministério Público Federal (**ANEXO 25**).

61 Conforme Acordo de Colaboração Premiada, por ele celebrado com o Ministério Público Federal (**ANEXO 26**).

EXCELENTESSIMO JUIZ FEDERAL DA 13^a VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Distribuição por dependência aos autos nº 5049557-14.2013.404.7000 (IPL originário), 5012331-04.2015.404.7000 (Ação Penal), 5012323-27.2015.404.7000 (Pedido de Prisão Preventiva de Vaccari) e conexos

1 – O Ministério Público Federal oferece denúncia em separado em desfavor de **AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO, JOÃO VACCARI NETO e RENATO DE SOUZA DUQUE**, com anexos que a integram para os devidos fins, registrando que a imputação dos crimes mencionados de cartel e contra as licitações será oferecido em denúncia autônoma, bem como que os delitos de corrupção ativa e passiva já foram oportunamente imputados nos Autos n. 5012331-04.2015.4.04.7000.

2 – Deixa-se, ainda, de acusar nesta oportunidade os demais administradores da empresa SETAL/SOG envolvidos nos delitos tratados nesta peça, por terem aderido ao Acordo de Leniência que o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL celebrou com a empresa SOG, homologado perante esse Juízo, nos termos de sua cláusula 8.^a, "d" (**ANEXO 22**).

3 – Deixa-se, por ora, de oferecer denúncia em face dos administradores e gestores da **EDITORA GRÁFICA ATITUDE LTDA.**, haja vista a necessidade de aprofundamento em relação a eles das investigações em curso, em investigação apartada.

4 – Deixa o MPF de oferecer acusação por corrupção em desfavor de **JOÃO**

VACCARI NETO porque isso será objeto de imputação em separado, em momento oportuno.

5 – Incabível a suspensão condicional do processo em razão da pena mínima cominada aos delitos.

6 – Em relação aos denunciados presos, é certo afirmar que, considerando o papel central desempenhado pelos detidos na organização criminosa e a magnitude do dano causa à **PETROBRAS S/A**, como também a dimensão do esquema de corrupção que aparentemente não se restringe aos negócios da estatal, tem-se que os requisitos da segregação cautelar para garantia da ordem pública e econômica estão presentes, mormente, tendo em conta a gravidade concreta dos delitos e o não desmantelamento completo da organização criminosa e as circunstâncias peculiares descritas nos pedidos de prisões e decisões que as decretaram.

7. Requer, ainda, o Ministério Público Federal que:

a) seja intimada a PETROBRAS para que junte aos autos relatório com todos os registros de entrada de **AUGUSTO DE MENDONÇA** em qualquer das sedes da estatal, esclarecendo qual a pessoa a ser visitada e se possivelmente era **RENATO DUQUE**, PEDRO BARUSCO ou quaisquer de seus subordinados (secretários e assessores, por exemplo); e

b) sejam oficiadas as empresas telefônicas e a PETROBRAS para informar a titularidade do telefone (021) 9972-7098 ao longo do ano de 2010, bem como para que informem todos os telefones cadastrados em nome de **RENATO DE SOUZA DUQUE**.

c) sejam trasladadas as Folhas de Antecedentes Criminais de todos os denunciados cuja juntada foi requerida aos autos 5012331-04.2015.4.04.7000.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

Deltan Martinazzo Dallagnol

Procurador Republica

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Januário Paludo

Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima

Procurador Regional da República

Orlando Martello

Procurador Regional da República

Antônio Carlos Welter

Procurador Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon

Procurador da República

Diogo Castor de Mattos

Procurador da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho

Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa

Procurador da República